

Escola e família na Comunidade Turé: um estudo na Amazônia Marajoara
School and family in the Turé Community: one studies in the Marajoara Amazon
Escuela y familia en la Comunidad de Turé: un estudio en la Amazonía de Marajoara

Recebido: 14/07/2020 | Revisado: 05/08/2020 | Aceito: 07/08/2020 | Publicado: 14/08/2020

Gilvano Duarte Gondin

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9864-0054>

Secretaria Municipal de Currealinho, Brasil

E-mail: gilvanogondin@yahoo.com

Kelle Daiane Cardoso Gondin

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8564-1952>

Secretaria Municipal de Currealinho, Brasil

E-mail: kellegondin@gmail.com

Andréa Bittencourt Pires Chaves

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0247-9265>

Universidade Federal do Pará, Brasil

E-mail: andreachaves@ufpa.br

Resumo

O presente trabalho tem como objetivo discutir a importância da família no processo de ensino aprendizagem das crianças e dos jovens considerando as peculiaridades da realidade ribeirinha da Amazônia marajoara no Estado do Pará- Brasil. A pesquisa foi realizada na Escola Municipal de Ensino Infantil e Fundamental Turé, com a turma 4º ano do ensino fundamental. A princípio, foi realizada uma pesquisa bibliográfica, onde se propôs estudar os seguintes conceitos: família, escola, políticas públicas e a situação educacional na Amazônia marajoara. Em seguida, foi feito um levantamento de dados empíricos via observação direta participativa, acompanhamento dos cadernos de atividades dos alunos, entrevista com a diretora da instituição, com a professora da turma e pais de alunos. A análise dos dados permitiu afirmar a relevância da relação entre desenvolvimento educacional e o diálogo família/escola para o desempenho do alunado. Ensino e aprendizagem estão diretamente ligados à interação da família com a escola para o desenvolvimento educacional da criança. Conclui-se, que as populações ribeirinhas precisam de políticas públicas fundamentadas em um projeto de educação transformadora, adequada ao seu modo de vida e visando superar o analfabetismo e

a pobreza que assolam a região.

Palavras-chave: Educação; Família; Escola; População ribeirinha; Amazônia.

Abstract

The present study aims to understand the social roles of the two important institutions: family and school, and how the learning process is benefited, when have a partnership can be obtained when both are involved in the children learning process, showing the river people of Marajó's Amazon reality. The same approach was taken at the Escola Municipal de Ensino Infantil e Fundamental Turé, in a class from the fourth year of elementary school. Initially, a bibliographical research was employed, which were studied the following topics: family, school, public politics and the education standards of Marajó's Amazonian region. Afterwards, empirical data from the direct participative observation, historical life experiences, visualization of student's notebooks, interviews with the school's principal and the class teacher. According to the data analyzed, we can affirm that to have a well educational development, it is necessary to have a strict dialogue between family and school. The children's learning process is directly connected to the way which the family and the school regards the education obtainment.

Keywords: Education; Family; School; Riverside population; Amazônia.

Resumen

Este documento tiene como objetivo discutir la importancia de la familia en el proceso de enseñanza y aprendizaje del niño, considerando las peculiaridades de la realidad ribereña del Marajoara amazónico en el estado de Pará-Brasil. La investigación se llevó a cabo en la Escuela Municipal de Educación Infantil y Primaria Turé, con la clase de cuarto grado de la escuela primaria. Al principio, se realizó una investigación bibliográfica, donde se propuso estudiar los siguientes conceptos: familia, escuela, políticas públicas y la situación educativa en el Marajoara amazónico. Luego, se realizó una encuesta de datos empíricos mediante observación participativa directa, monitoreo de los libros de actividades de los estudiantes, entrevistas con el director de la institución, con el maestro de clase y los padres de los estudiantes. El análisis de los datos permitió afirmar la relevancia de la relación entre el desarrollo educativo y el diálogo familia / escuela para el rendimiento escolar. La enseñanza y el aprendizaje están directamente vinculados a la interacción de la familia con la escuela para el desarrollo educativo del niño. En conclusión, las poblaciones ribereñas necesitan una educación transformadora adecuada a su forma de vida para superar el analfabetismo y la pobreza.

Palabras clave: Educação; Família; Colegio; Población ribereña; Amazônia.

1. Introdução

O artigo se propõe a discutir um dos principais problemas do processo educacional: a falta de diálogo entre família e escola salientando as dificuldades enfrentadas no contexto da Amazônia marajoara. A pesquisa foi realizada na comunidade Turé, localizado no Alto Rio Pirirá na Reserva Extrativista Terra Grande Pracuúba, no município de Curralinho, Ilha do Marajó – Pará – Brasil.

As famílias ribeirinhas da Amazônia, na comunidade estudada, vivem em extrema pobreza, são afetadas pelo analfabetismo e não tem acesso à saúde. A escola da comunidade é deficiente em vários aspectos e apresenta um espaço inadequado para o desenvolvimento das atividades. O transporte escolar é irregular e realizado em péssimas condições por via fluvial. Os professores são mal remunerados e com constante atraso no pagamento dos salários.

Todos esses fatores contribuem para a precarização do processo de ensino aprendizagem, ou seja, a realidade educacional na comunidade não apresenta condições favoráveis para o ambiente escolar, impossibilitando um bom rendimento das crianças em seus estudos.

Contudo, mesmo na adversidade, professores, alunos e famílias estão na luta para a superação dos problemas e este trabalho tem como objetivo compreender importância da família no processo de ensino aprendizagem das crianças e dos jovens com a finalidade de abarcar o contexto da educação na Amazônia marajoara, especificamente na comunidade Turé.

2. Caracterização da Área da Pesquisa

A região da Amazônia marajoara refere-se ao arquipélago do Marajó formado por 16 municípios com uma população de 482.285 habitantes. A extrema pobreza atinge 180.048 habitantes (37,33 da sua população), sendo 46.825 da população urbana e 133.223 da população rural (Pará, 2013, p.11).

O lócus da pesquisa foi município marajoara de Curralinho com 27.791mil habitantes, sendo 10.504 habitantes na condição de extrema pobreza (37,80 %) correspondendo a 2.582 da população urbana e a 7.922 da população rural. No Estado do Pará, Curralinho ocupa a 23ª posição na escala de vulnerabilidade entre os 143 municípios (Pará, 2013, p.11).

No contexto do Estado do Pará, os municípios não apresentam favoráveis condições de

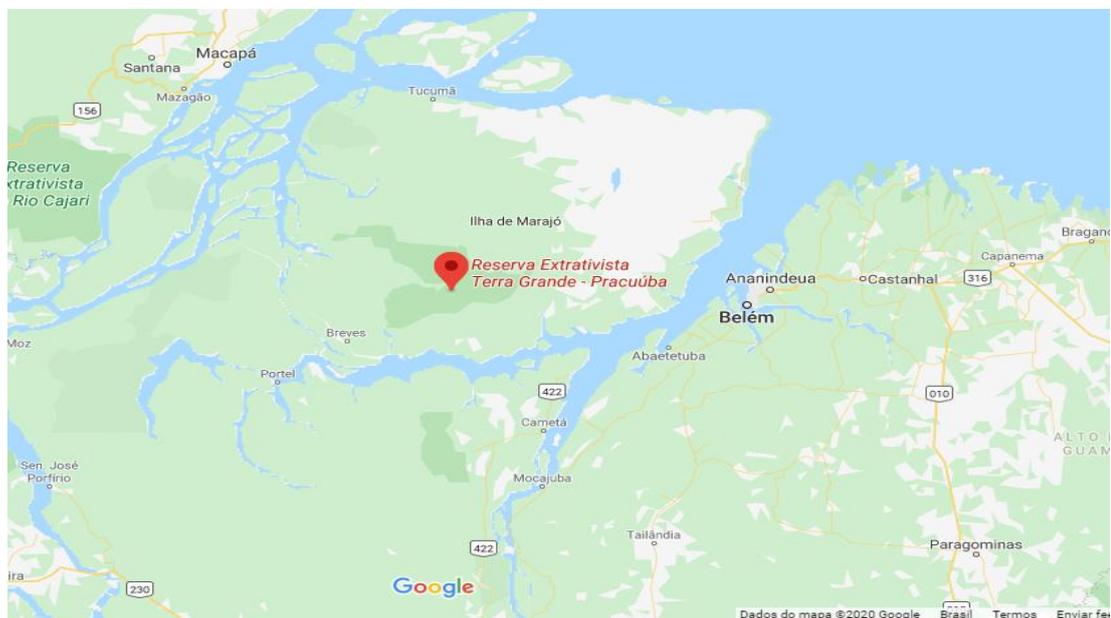
vida para sua população como saneamento, rede de saúde pública entre outros. Estudo realizado por Araújo (2020, p. 113) aponta: “dos estados pertencentes à região Norte, o Pará possui 63,3% de seus municípios classificados na faixa de muito alta vulnerabilidade social e nenhum de seus municípios nas faixas de baixa ou muito baixa vulnerabilidade social”.

Em referência ao índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) Curalinho está na casa de 0,596, sendo 0,666 correspondente à educação e 0,468 correspondente à renda. Os números apontam para a posição do município na classificação de baixo desenvolvimento entre decimais de 0,500 e 0,599 (Pará, 2013, p.11).

No tocante aos dados da educação no Município de Curalinho, 87,5% da população não tem instrução ou está com o ensino fundamental incompleto; 6,8 % da população está com o ensino fundamental completo e o ensino médio incompleto; 4,5 % da população está com o ensino médio completo e com o ensino superior incompleto e apenas 1,0 da população está com o ensino superior completo (Pará, 2013, p. 20).

A pesquisa de campo foi realizada na Comunidade Turé localizada no Alto Rio Piriá, na Reserva Extrativista Terra Grande Pracuúba, no município de Curalinho, Ilha do Marajó – Pará – Brasil (Figura 1).

Figura 1 - Reserva Extrativista Terra Grande Pracuúba.



Fonte: Google Maps (2020).

3. Metodologia

A Amazônia é a última fronteira brasileira de um modo peculiar de vida e com singular relação com a Natureza. Contudo, a sua condição fronteira não pode submeter a população às condições hostis em meio a pobreza e ao distanciamento do acesso à educação e à saúde de qualidade. O conhecimento científico apresenta a pretensão de desvendar a realidade e para tanto foi realizada a presente pesquisa sobre a população ribeirinha da Amazônia marajoara.

O método é a estrutura de raciocínio estabelecido pelo pesquisador para caminhar na direção da resposta ao problema científico. Especificamente, a presente pesquisa empregou o método dedutivo: “fundamentado na linha de raciocínio partindo do geral para particular” (Loureiro, 2018, p. 233). O procedimento instituído pelo método dedutivo é dividido em três momentos: a busca de conceitos gerais, a relação com a realidade estudada e a explicação dos fatos observados. Seguindo o referido pressuposto, a investigação em tela de abordagem qualitativa foi dividida em três momentos: a busca de conceitos gerais, a relação com a realidade estudada e a explicação dos fatos observados. Neste sentido, o passo inicial da pesquisa foi transitar pela leitura abordando os conceitos de família e escola enquanto instituições sociais com papel relevante no processo de ensino aprendizagem. De posse dos recursos conceituais, foi realizada uma pesquisa empírica, no ano de 2019, na comunidade Turé.

Na ocasião da pesquisa empírica, foram levantadas as dificuldades enfrentadas pelas famílias ribeirinhas quando se trata da educação formal das crianças. A coleta dos dados ocorreu via observação direta participativa, acompanhamento dos cadernos de atividades dos alunos, entrevista com os pais de alunos, com a diretora da instituição e com a professora da turma.

O campo de observação foi a Escola Municipal de Educação Infantil e Fundamental Turé. Para identificação das famílias entrevistadas foram utilizados seus próprios sobrenomes: Alves, Barata, Nascimento e Silva. As perguntas norteadoras da pesquisa foram: Qual sua renda mensal? Qual sua fonte de renda? Sua condição econômica interfere no processo educacional de seus filhos? Quais as dificuldades encontradas com relação a vida escolar dos filhos? O que sabem da atual situação da escola? As perguntas foram realizadas em clima de conversas com os pais participantes.

A entrevista com Diretora escolar e a Professora da turma aconteceu no espaço da própria escola, com indagações sobre os seguintes assuntos: a importância da família no processo de formação das crianças, a presença das famílias no ambiente escolar e as dificuldades da instituição. Por fim, foi implementada a análise dos cadernos das crianças, com as anotações do período de março a junho de 2019.

4. Família e Escola: contribuições institucionais

A família e a escola são instituições de suma importância para a formação do indivíduo. A família é a primeira instituição de sociabilidade destinada a cuidar, preparar, instruir e formar a criança para a vida em sociedade. Dentro do seio da família, a criança desenvolve as condições de prosperar como ser humano. “A família é definida pelas funções sociais que se espera que ela cumpra: reproduzir, socializar os jovens, regular o comportamento social, agir como grande centro de trabalho produtivo, proteger os filhos e proporcionar apoio emocional aos adultos” (Johnson, 1995, p.107).

Sob tal perspectiva, ainda é possível asseverar:

A família sempre apareceu como a unidade básica do gênero humano. As grandes cosmovisões religiosas ressaltaram que o peso da família nos planos moral e afetivo, era decisivo para a vida. Nos últimos anos, à essa perspectiva fundamental, agregaram-se conclusões das ciências sociais afirmando que a unidade familiar realiza, além disso, contribuição de grande valor para o desenvolvimento do indivíduo (Kliksberg, 2003, p. 48).

Segundo Prado (1981), a família é uma intuição social em constante movimento e apresenta variações na forma e na finalidade com o decorrer do tempo, dependendo da sociedade na qual está inserida. É muito comum observar essas variações, quando se compara uma família da zona urbana com a família da zona rural, as mesmas apresentam formas e finalidades distintas uma das outras.

As famílias das grandes cidades geralmente são pequenas, com poucos filhos e os pais, na maioria das vezes, trabalham em atividades externas ao local de moradia. Diante disso, uma das finalidades dessa estrutura familiar é poder investir no desenvolvimento educacional dos filhos.

Na realidade da Amazônia marajoara, as famílias rurais, em outra construção social, são grandes com muitos filhos e o trabalho está relacionado a própria vida familiar por meio do extrativismo e da agricultura (roça). O tamanho das famílias é vinculado a contribuição colaborativa para atividades necessárias ao sustento familiar e o processo educacional está relacionado a labuta do dia a dia. No entanto, mesmo existindo variações no âmbito da família urbana e rural, a mesma sempre exerce função de suma importância na vida do indivíduo.

Por outro lado, enquanto a família se preocupa em transmitir valores e costumes, a escola “é a instituição social especificamente organizada para transmitir às crianças a herança cultural, visando integra-las na sociedade em que vivem; é a instituição social destinada a

transmitir a educação de forma sistemática” (Oliveira, 1996, p.190).

Contribuindo para o debate, Fukuda (2013, s/p), apresenta o conceito de educação:

Educação é o processo contínuo de desenvolvimento das faculdades físicas, intelectuais e morais do ser humano. Educar é, elevar, estimular a busca, procurar a perfeição, despertar a consciência, facilitar o progresso integral do indivíduo em sociedade.

Desta forma, cabe a escola enquanto instituição social, promover ações educativas que possibilitem, aos alunos, reflexões críticas acerca da sua realidade, podendo assim, transformar o meio em que vivem. Observa-se que cada instituição social (família e escola) tem um papel específico na vida do aluno, contudo é necessário o trabalho em conjunto assegurado por lei como previsto na Constituição Federal Brasileira (CFB) (1988). É evidente que as duas instituições devem trabalhar de forma cooperativa, num processo de colaboração:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (CFB, 1988).

No cotidiano escolar na comunidade Turé, é comum escutar pais verbalizando: “O professor é pago pra ensinar meu filho”; “não tenho tempo de ir à escola”; “ele não aprende porque o professor não sabe ensinar” (comunicação pessoal, 2019), muitas são as desculpas utilizadas com intuito de transferir aos outros tal responsabilidade. A família, muitas vezes, enfrenta dificuldades para realizar essa socialização primária e, se o faz, tal ação se dá precariamente. “A família reconhece suas dificuldades em cumprir seu papel de socializadora e, na maioria das vezes, remete grande parte desta responsabilidade para a escola” (Fukuda, 2013, s/p).

A importância da família está na sua capacidade de promover a socialização e reprodução de padrões culturais. “Ela “inculca” modos de pensar e atuar que se transformam em hábitos. A família é o primeiro grupo de referência e totaliza a proteção e a socialização dos indivíduos” (Carnut & Faquim, 2014, p.63).

Segundo Szymanski (2003) “À família cabe o papel de transmitir a ideia de princípios, valores morais, respeito, senso de responsabilidade e ética. [...] O importante é a vivência da família, suas inter-relações pessoais, seus valores, crenças e normas.”

A família precisa se responsabilizar pela criança e tem por obrigação o encaminhamento da criança à escola. Tal responsabilidade é intransferível e é impossível de se obter um bom

desenvolvimento escolar se a família deixar de cumprir o seu papel. Compromisso esse, assegurado por lei como previsto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), em seu Título I, estabelece:

Art. 2º A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para exercício da cidadania e sua qualificação para o mundo do trabalho (LDB, 1996).

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) (1990), por sua vez, nos Artigos 19 e 22, declara:

Art. 19. Toda criança ou adolescente tem direito a ser criado e educado no seio da sua família e, excepcionalmente, em família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária, em ambiente livre da presença de pessoas dependentes de substâncias entorpecentes. [...]

Art. 22. Aos pais incumbe o dever de sustento, guarda e educação dos filhos menores, cabendo-lhes ainda, no interesse destes, a obrigação de cumprir e fazer cumprir as determinações judiciais.

Na maioria das vezes, essas leis não são cumpridas efetivamente. Muitos pais, apenas deixam seus filhos na escola sem se preocupar com o desenvolvimento escolar da criança. Não sabem: quem são seus professores; quais atividades são desenvolvidas em sala de aula; como se dá o comportamento do aluno na escola. Ou seja, deixam de cumprir seu papel na formação educacional da criança. A falta de responsabilização interfere negativamente no processo do ensino aprendizagem do aluno e, é possível perceber, uma dificuldade mais explícita quando abordada no contexto da Amazônia Marajoara, região imersa na ausência de políticas públicas efetivas no combate da pobreza e do analfabetismo.

A condição de vida dos pais limita o envolvimento da família na vida escolar do aluno e no acompanhamento nas tarefas escolares. Os pais precisam demonstrar interesse pela vida escolar das crianças para que as mesmas possam se sentir incentivadas para estudar, mas esse interesse é comprometido nas condições adversas da vida marajoara.

5. Família Ribeirinha e a Educação Escolar na Amazônia Marajoara

Na Amazônia marajoara, as famílias ribeirinhas têm seu modo de vida organizado pelo trabalho familiar de subsistência no extrativismo vegetal, animal e na agricultura (roça). A interação imediata dos indivíduos com a natureza para garantia da sua subsistência faz as

práticas socioeconômicas se constituírem como processo educativo de maior importância perante à educação escolar. No cotidiano da região, são verbalizadas as seguintes indagações pela população: “Pra que estudar?”; “Isso não vai te dar o que comer!”; “Tu tens mesmo é que trabalhar na roça, aprender a caçar e a pescar, isso sim é importante!” (comunicação pessoal, 2019).

A Amazônia segundo Bentes (1992) é uma região fornecedora de recursos extrativistas e, durante muito tempo, foi considerada como “selvagem” ou “inferno verde”. Na esteira das distorções culturais impostas à região, está o modelo de educação inadequado para a sua realidade extrativista, levando sua população a privilegiar o trabalho em detrimento à educação escolar, sendo comum a evasão da escola para priorizar as atividades produtivas, responsáveis pela possibilidade imediata de renda.

As condições de vida e a renda da população na Amazônia estão diretamente ligadas à baixa escolaridade e a pobreza. O valor cogente atribuído ao trabalho é traduzido na labuta diária da coleta dos recursos naturais, que ocorrem de maneira sazonal, sem a fartura necessária para alcançar uma renda constante e submetendo os moradores da região à carência econômica. Ruzany, Moura & Meirelles (2012, p. 27) ressaltam:

A vida social nessas localidades é regulada marcadamente pela variação sazonal da elevação dos níveis dos rios, por ser uma área de várzea ou de floresta alagável. Nessas localidades, anualmente, ocorrem períodos de enchente, cheia, vazante e seca, que imprimem distintas características sociais e econômicas ao modo de vida desses moradores.

O tipo de habitação ribeirinha fica edificada às margens de rios ou igarapés em meio ao açaizal, com produção sazonal sendo a principal fonte de alimentação e renda da população (Figura 2).

Figura 2 - Moradia na várzea, comunidade Turé.



Fonte: Autores.

Com a chegada da educação formal, nos moldes da sociedade capitalista, ocorreu um processo de desencontro cultural e o hábito da educação pelo trabalho, desde a infância, presente no convívio familiar nas comunidades amazônicas, tem influenciado negativamente o processo de ensino aprendizagem dos alunos na escola. As atividades de geração de renda acabam afastando as crianças e os jovens do ambiente escolar, pois, a princípio, é mais importante o trabalho diário do que o tempo dedicado pelos alunos à sala de aula.

Os pais ou responsáveis pelos alunos enfrentam dificuldades em cooperar com a vida escolar, garantindo a permanência e a continuidade dos estudos das crianças e dos jovens. Desta maneira, o ciclo da pobreza na região se perpetua e a população segue à margem de condições favoráveis de vida, com restrições na alimentação, sem alternativas de trabalho e renda, sem atenção à saúde e demais benefícios para uma vida confortável.

Completando o contexto de pobreza, o acesso à saúde é inexistente, pois na maioria das comunidades não há unidade básica de atendimento e, quando tem, os postos não funcionam por falta de profissionais e recursos técnicos. O exemplo disso é a situação das famílias da comunidade Turé, observa-se na Figura 3 o posto de saúde fechado, sem o corpo técnico para atender a população.

Figura 3 - Posto de saúde da Comunidade de Turé.



Fonte: Autores.

Os problemas com a impossibilidade de geração de renda, acesso à saúde e à educação são entraves ao desenvolvimento da Amazônia, causando impactos negativos para os moradores das comunidades imersas na pobreza e destituídas das obrigações estatais, garantidas constitucionalmente.

Trata-se de um outro Brasil, onde os direitos sociais estão distantes da realidade local e se torna muito mais difícil encontrar condições de entrosamento entre a família e a escola. As famílias vivem desamparadas sem qualquer tipo de acesso as políticas públicas efetivas. Embora, a escola esteja presente na região, está imersa na precariedade e sem disponibilizar uma rede de serviços de retaguarda para assegurar a inserção das crianças e dos jovens na rotina escolar.

Nas considerações de Piketty (2014, 95) “a saúde e a educação representam, provavelmente, as melhorias mais reais e notáveis nas condições de vida ao longo dos séculos”. Destarte, condições favoráveis de vida depende dos serviços públicos gratuitos oferecendo acesso à saúde e à educação, sem os quais não é possível vislumbrar a redução da desigualdade.

No Brasil a educação e todo o marco legal garantidor deveria promover um caminho de redução das desigualdades sociais, mas não é o que ocorre. De fato, o direito assegurado no papel não alcança a população na Amazônia e explicita a distância das políticas públicas da vida local.

Políticas sociais de grande envergadura deveriam amparar as famílias na região Amazônica com a finalidade de erradicar o trabalho infantil e proporcionar a permanência na escola. Um país só vislumbra o desenvolvimento quando compreende a educação como um bem público. Como afirma Piketty (2014, p.28) “a educação é um bem público por excelência”, na promoção e difusão da partilha.

6. A Comunidade Turé: A Realidade Educacional Na Amazônia Marajoara

A pesquisa foi realizada na Escola Municipal de Ensino Infantil e Fundamental Turé (Figura 4), localizado no Alto Rio Piriá, na Reserva Extrativista Terra Grande Pracuúba, no município de Curralinho, Ilha do Marajó com a turma 4º ano do ensino fundamental.

Figura 4 - Escola municipal da Comunidade de Turé.



Fonte: Autores.

A escola fica localizada na várzea do Rio Piriá e durante o período pesquisado foi possível perceber o desenvolvimento das suas atividades, levando em consideração pontos positivos e pontos negativos relacionados ao corpo técnico, corpo docente e estrutura física da escola. A escola Turé é de médio porte, atende aproximadamente duzentos e cinquenta alunos. A mesma funciona apenas em dois turnos: manhã e tarde. Atende os níveis de ensino da Pré-escolar ao 9º ano do ensino fundamental.

O espaço físico da escola está bem conservado, mas apresenta problemas de climatização. As salas são quentes, sem ventilação adequada e escuras, por não ter energia elétrica na localidade. O barulho é outro fator desfavorável, pois os espaços foram construídos sem o isolamento acústico necessário para evitar o som emanado das outras salas de aula e do movimento das embarcações no Rio.

Tais aspectos têm sido prejudiciais para o processo de ensino aprendizagem, pois um ambiente desfavorável compromete as ações do processo educacional. A escola também enfrenta dificuldades com a irregularidade da distribuição da merenda e dos materiais didáticos disponibilizado pela secretaria de educação municipal.

O transporte fluvial (Figura 5) é única forma de deslocamento das populações ribeirinhas na Ilha do Marajó. Os estudantes seguem para a escola em precárias embarcações, sem equipamentos de proteção, guiadas por condutores cadastrados na prefeitura, uma importante fonte de renda para a população local. No entanto, os condutores alegam a ocorrência de falhas nos repasses financeiros da prefeitura para pagamento do serviço de transporte e da compra de óleo diesel, insumo básico e de valor muito elevado na região, devido as grandes distâncias e dificuldades de distribuição do combustível.

Figura 5 - Embarcações de acesso à escola.



Fonte: Autores.

A questão da falta da merenda e do transporte escolar também são fatores responsáveis por comprometer o processo educacional na comunidade, as crianças e os jovens correm risco todos os dias devido ao transporte ser inadequado para condução escolar. A única escola da localidade atende alunos de áreas distantes, muitos acordam às 05hs da manhã para chegar às 08hs na escola, percorrendo duas horas de viagem, tanto na ida quanto na volta.

A deficiência no transporte escolar e a irregularidade da merenda servida na escola são fatores contribuintes para a ausência dos alunos nas aulas, pois os pais não disponibilizam de meios de transporte para encaminhar seus filhos à escola e a alimentação é fundamental na região, muitas vezes os alunos saem de casa sem tomar o café da manhã (produtos industrializados como café e leite tem um alto valor para a baixa renda da localidade) e na escola está a única possibilidade de alimentação devido à ausência de recursos financeiros e a escassez alimentar (frutos da floresta são sazonais) em determinada época do ano para muitas famílias. Nas palavras da direção da escola:

São muitos os problemas que têm afetado o processo de ensino e aprendizagem. Hoje se a escola tem funcionado é porque temos um quadro de funcionários que tem se esforçado para que essa escola não pare. A escola funciona com o mínimo de recurso que é disponibilizado pela secretaria de educação do município, o combustível nunca dá para o mês todo, a merenda dá pra poucos dias, falta de material para professores, professores mal remunerados, falta de energia elétrica e muitos outros problemas (comunicação pessoal, 2019).

Na nota de Chaves e Martins (2020, p. 14) está enfatizada a importância do trabalho docente: “a educação como uma política pública de desenvolvimento e transformação social só pode apresentar resultados profícuos por meio da valorização do trabalho do professor, protagonista do processo”. Não é possível fazer uma educação de qualidade mediante a

condição precária de remuneração docente narrada pela Diretora da Escola Turé. Na região Amazônica, foi observado que os professores são mal remunerados e com constante atraso no repasse do pagamento dos salários pelas prefeituras.

Analisando os documentos legais responsáveis por assegurar os direitos dos cidadãos é possível detectar a dissonância entre a Lei e a realidade das escolas marajoaras, como na comunidade Turé. De acordo com a (LDB), Art. 3º o ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

- I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II – liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;
- III – pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas;
- IV – respeito à liberdade e apreço à tolerância;
- V – coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
- VI – gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
- VII – valorização do profissional da educação escolar;
- VIII – gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino;
- IX – garantia de padrão de qualidade;
- X – valorização da experiência extra-escolar;
- XI – vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais;
- XII – consideração com a diversidade étnico-racial;
- XIII - garantia do direito à educação e à aprendizagem ao longo da vida (LDB, 1996).

Tais princípios estão distantes da realidade educacional na escola Turé, a escola apenas consta no local, mas não assegura a efetivação do preceito legal vigente. As políticas educacionais não estão sendo cumpridas e a comunidade não tem usufruído desse direito garantido por lei.

A legislação afiança a adaptação do material didático à realidade local; garante a adequação no calendário escolar ao período de inverno, na Amazônia correspondendo à época de chuvas abundantes e prolongadas, ocasionando enchentes e assegura a implantação de um horário de aulas noturnas para beneficiar o acesso dos jovens e adultos ribeirinhos trabalhadores.

Art. 28. Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente:

I – conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural;

II – organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;

III – adequação à natureza do trabalho na zona rural (LDB, 1996).

Na Escola Turé, não existe adequação do calendário escolar à realidade local e na fase do extrativismo do Açaí, importante fonte de renda para os marajoaras, aumenta a evasão escolar, asseverando o desencontro entre a escola e a realidade local. A escola não pode oferecer ensino noturno devido à falta de cobertura da distribuição de energia elétrica. E o material didático não corresponde à realidade rural da região.

Uma iniciativa exemplar de adequação entre a escola e a realidade da agricultora familiar foi o projeto da Escola Família-Agrícola (EFA), o mesmo constitui uma experiência bastante singular e significativa que vem se destacando na formação e profissionalização dos jovens do meio rural.

Segundo Lima (2004, p. 51):

A Escola Família-agrícola tem como uma das suas referências mais significativas as *Maisons Familiales Rurales* (MFRs) que surgiram na França em 1935, na província de *Lot-et-Garonne*, a partir da mobilização de um grupo de famílias de agricultores. Os agricultores juntamente com o padre Granereau, idealizaram um tipo de ensino, cuja permanência na escola e na família se alternavam a fim de conciliar o estudo com o trabalho na propriedade da família

O projeto desenvolvido na França gerou impactos positivos, o envolvimento dos pais no desenvolvimento de ensino aprendizagem mostrou aos alunos novas formas de relacionar a realidade rural com a escola. Tal ideia foi expandida para o Brasil na direção sul do Espírito Santo no ano de 1960. “Uma região onde se instalaram as primeiras EFAs, estava marcada por uma economia primária agrícola, onde a maioria da população vivia no campo, num estado de empobrecimento e desvalorização sociocultural” (Lima, 2004, p. 52).

Segundo Lima (2004), a proposta educacional tem tomado uma dimensão bastante significativa por todo o território nacional. A mesma cresceu entre os estados do Amapá, do Amazonas, da Bahia, do Mato Grosso do Sul e muitos outros. A Escola Família-Agrícola (EFA), é uma experiência transformadora mostrando para muitas comunidades rurais a

possibilidade de mudar a realidade em que estão inseridas. Vislumbra-se um cenário onde a comunidade Turé consiga alcançar tal perspectiva, na direção de uma educação transformadora.

Outro problema prejudicial ao processo educacional da escola Turé é a falta de uma coordenação pedagógica, função indispensável em uma instituição de ensino. O trabalho de orientação e planejamento de uma coordenação com propostas metodológicas para o processo de ensino aprendizagem é de suma relevância, inclusive para pensar a realidade local. A falta de um profissional da área pedagógica tem afetado de forma significativa a vida escolar em Turé.

Diante da ausência da coordenação pedagógica, os professores trabalham de forma fragmentada no planejamento das aulas. O único recurso utilizado pelos professores é o livro didático com conteúdo distante da realidade local, o quadro branco e o pincel. Os recursos limitados desmotivam os alunos devido às aulas serem entediantes e sem atrativos diferenciados.

A diretora da escola Turé destacou a ausência da coordenação pedagógica na entrevista concedida durante a pesquisa de campo:

A falta de um coordenador pedagógico é um grande problema aqui na escola, muitas questões apenas o profissional dessa área pode resolver, os professores, por exemplo, trabalham sem planejamento adequado, pois não tem a orientação devida para organizar suas aulas, questões como projetos educativos e muitos outros. Não tem como desenvolver um bom trabalho (comunicação pessoal, 2019).

São muitos os problemas enfrentados pela escola, sendo possível afirmar que a comunidade está abandonada pelo poder público. A falta de investimento tem prejudicado o desenvolvimento educacional na comunidade, pois como já foi mencionado anteriormente, se não houver atenção à política educacional não há expectativa de um futuro melhor.

A escola tem a obrigação de formar jovens capazes de criar, em cooperação com os demais, uma ordem social na quais todos possam viver com dignidade. Para que seja eficiente e ganhe sentido, a educação deve servir a um projeto da sociedade como um todo (Toro, 2002, p. 25).

O futuro social e profissional das crianças está vinculado ao aproveitamento escolar. Se a escola, por sua vez, cumprir o seu papel, é possível que haja cidadãos mais responsáveis e conscientes, podendo assim, dar um novo rumo à sociedade. Para isso, a escola precisa oferecer educação de qualidades às crianças, contribuindo para uma perspectiva de futuro melhor. “A escola é não somente um lugar de “educação”, em particular, de educação “moral”, mas também

e, ao mesmo tempo, um lugar de “instrução”, de aquisição de saberes” (Filloux, 2010, p.30). Tais características são de suma importância, para o processo de socialização e formação da criança. A escola precisa ser um espaço de aprendizagem, de reflexão, onde possa haver respeito e troca de conhecimento entre professor e aluno.

A educação é um fator decisivo na vida do indivíduo, mas para que ela se efetive é necessário que se faça investimento na área educacional. Pesquisas ressaltam sobre o valor e benefícios adquiridos através de uma educação de qualidade. Segundo Rossi (1986, p.17), “educação é considerado instrumento de desenvolvimento econômico entre indivíduos, de permeabilização de classes sociais dentro de cada sociedade e de estreitamento das distâncias entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos”. O autor também afirma:

As imperfeições da sociedade, como um todo, decorre, afinal, da ignorância, ou dos baixos níveis de cultura do “povo”. Com base em demonstrações estatísticas o autor também destaca que os países onde a educação escolar é mais desenvolvida e generalizada são aqueles que apresentam maior progresso econômico e social (Rossi, 1986, p.17).

Sendo assim, a escola deve trabalhar incansavelmente, promover atividades diferenciadas onde possa alcançar as especificidades de cada aluno. Seu espaço deve ser um lugar de aprendizagem e de preparação para a vida em sociedade.

7. A Relação Família e Escola na Comunidade Turé

O apoio familiar no processo de ensino aprendizagem do aluno é destacado em Dias (2005, p. 210):

A família é um grupo aparentado responsável principalmente pela socialização de suas crianças e pela satisfação de necessidades básicas. Ela consiste em um aglomerado de pessoas relacionadas entre si pelo sangue, casamento, aliança ou adoção, vivendo juntas ou não por um período de tempo indefinido.

A família é a primeira instância de convívio social do indivíduo e na vivência familiar a criança apreende a se relacionar em sociedade. No diálogo familiar está a base da sua formação, podendo assim impactar positiva ou negativamente no desenvolvimento escolar do aluno. Ratificando tal ideia, Cruz (2007, 30) afirma:

É do ambiente familiar que os alunos refletem seus comportamentos em sala de aula. É fundamental a participação da família na educação de seus filhos. É do convívio familiar que a criança leva para a escola valores que recebem da família e da sociedade que pertencem. A escola e a família estão diretamente ligadas ao processo de formação do indivíduo. Cabe a cada uma cumprir bem o seu papel. E as duas, juntas, poderão amenizar situações contrárias que surgem nesse processo. Não adianta uma culpar a outra por determinadas situações como a indisciplina.

A pesquisa em tela investigou a realidade específica da Amazônia Marajoara em um modo de vida intrínseco à uma relação direta com a natureza para garantia da sobrevivência. O ambiente familiar integra a educação ao trabalho e, no convívio familiar, é transmitido o saber tradicional de interação com a natureza.

Na educação escolar da comunidade Turé estão presentes inúmeros problemas infraestruturas relatados pela diretora e os problemas expostos são entraves para o processo de ensino aprendizagem dos alunos da instituição. Destarte, o processo educacional ocorre com a participação da família e, no caso em tela, com a especificidade dos habitantes da Amazônia marajoara. Desta maneira, se tornou interessante saber: as famílias são conhecedoras das situações enfrentadas na escola? Como tem sido a participação das famílias no ambiente escolar? O que a escola tem realizado para envolver pais ou responsáveis dos alunos na tarefa escolar? Essas são questões norteadoras do presente tópico.

A família e a escola são as instituições cabais na socialização das crianças e, de maneira complementar, atuam no processo de ensino aprendizagem dos indivíduos. Existe a imperiosa necessidade do trabalho em conjunto, mas foi possível observar, no decorrer da pesquisa, as dificuldades de comunicação entre a família e a escola na comunidade Turé, com a ausência da maioria das famílias no ambiente escolar.

Assim como a escola, as famílias também enfrentam dificuldades em cooperar no processo de ensino aprendizagem de seus filhos. O primeiro ponto a ser observado sobre a relação família e escola na comunidade foi no momento da primeira reunião do ano letivo. Na ocasião, a diretoria convocou os pais e representantes de alunos para participarem de uma reunião com a finalidade tratar sobre assuntos pertinentes às atividades escolares. Na pauta da reunião estava a análise do desempenho do professor, da direção, da condução do transporte escolar com a avaliação do condutor e do apoio familiar.

A reunião contou com a presença de poucos pais ou responsáveis de alunos. Tal momento proporcionaria obter mútuas informações para o exercício complementar entre família e escola. Um exemplo de singularidade presente na reunião da escola com a família está descrito no documento pedagógico elaborado pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura

de Venda Nova do Imigrante (2016, p. 6):

É fundamental que as famílias tenham conhecimento e clareza da sua importância no processo educacional. Desta forma, as reuniões realizadas nas escolas passam a ser um dos espaços privilegiados para a criação de um ambiente estimulador da participação de todos os atores envolvidos no processo educacional. Pois, indiscutivelmente, esse é o momento em que o coletivo se manifesta de maneira mais efetiva, quando os diversos segmentos da comunidade escolar se cor responsabilizam pelo desenvolvimento e pela avaliação da proposta político pedagógica da escola, em função do objetivo maior que é a aprendizagem dos alunos.

Muitas famílias ainda não entendem a relevância da sua contribuição para o desenvolvimento educacional de seus filhos e transferem toda a responsabilidade à escola. Nas entrevistas, notou-se o desinteresse de algumas famílias, alegando, por exemplo: analfabetismo, falta de tempo, trabalho na roça e outros. Interessante destacar o fato de 87,5% da população do município estudado não ter instrução ou ter apenas o ensino fundamental incompleto (Pará, 2013).

A família Silva ao relatar sobre sua relação com a escola e com a educação de seus filhos, apresentou as seguintes ponderações:

Pai: Aqui em casa só eu que sei ler um pouco, a minha esposa não sabe. Ainda não fui na escola esse ano nem eu e nem ela (esposa), mas ainda quero ir lá dá uma olhada (comunicação pessoal, 2019).

Mãe: Eu não sei ler, é por isso que não ajudo e também acho que não adianta ir na escola muito porque não vou poder ajudar (comunicação pessoal, 2019).

A família Silva também comentou sobre os trabalhos que as crianças levam para casa:

Cara! Sabe que ‘nós’ não olha nos cadernos. As vezes a gente chega tarde dos trabalhos, cansado. A gente não tem muito tempo (comunicação pessoal, 2019).

A família Barata, quando questionada sobre o desenvolvimento escolar dos filhos e sobre as atividades de dever de casa afirmou:

Pai: Às vezes eu ajudo fazer os trabalhos que os professores ‘passa’ pra eles, mas não tenho muito tempo, não. Aqui em casa só eu sei ler um pouco, mas tenho que trabalhar, aí fica difícil, né? (comunicação pessoal, 2019).

Mãe: Eu não ajudo porque eu não sei ler, também é difícil eu ir nessa escola. Às vezes quando é reunião eu vou lá, mas é muito difícil (comunicação pessoal, 2019).

Ao falar sobre o funcionamento e as atividades da escola a família Barata relatou:

Pai: Acho que a escola tá funcionando bem sim, não vejo ninguém reclamar de nada acho que tá bem (comunicação pessoal, 2019).

Mãe: Bom, eu quase não vou lá, mas acho que tá tudo bem porque os meninos não ‘fala’ nada (comunicação pessoal, 2019).

As famílias citadas apresentam pouco contato com a escola, o que acaba impedindo o conhecimento dos problemas pelo qual a escola vem passando. No relato dos pais, foi possível perceber o pouco entendimento dessas famílias sobre a importância da presença deles na educação de seus filhos. Por outro lado, a escola não tem criado estratégias para despertar o interesse dessas famílias, conseqüentemente, a falta de relação entre família e escola vem afetando o processo educacional na comunidade Turé.

Segundo Acco e Kliemann (2014, s/p):

A escola precisa envolver a família, utilizando-se de diversos mecanismos e ações que devem estar contempladas no Projeto Político Pedagógico, promovendo assim, um ambiente mais acolhedor e afetivo, possibilitando à família reconhecer sua importância e responsabilidade na educação escolar da criança.

Durante o período de observação na escola foi possível notar como a ausência dessas famílias tem sido prejudicial para o desenvolvimento educacional das crianças incidindo no relacionamento com os professores e com os colegas de escola. Ao falar do comportamento dos alunos e de como a ausência dos pais influencia para isso, a professora da turma afirmou:

Quando a família não se mostra presente na vida dos alunos se percebe a diferença, os alunos são desinteressados, faltam com frequência e muitas das vezes são indisciplinados. Seria muito bom que todas as famílias participassem, pois isso facilitaria o nosso trabalho (comunicação pessoal, 2019).

A diretora da escola também comentou sobre a ausência das famílias no ambiente escolar e como isso traz problemas para o desenvolvimento educacional dos alunos, a mesma destacou que só a minoria dos pais procura estar informado do dia a dia dos filhos na escola e a maioria dos pais só está preocupada em garantir a transferência de renda do Bolsa Família;

São poucos os pais que procuram saber da vida escolar de seus filhos, a maioria só vem à escola quando acontece a reunião de início ou final de ano. É comum ver algum pai na escola, mas sempre é fazendo procuração de declaração para levar ao programa social Bolsa Família (comunicação pessoal, 2019).

O distanciamento dessas famílias tem provocado o fracasso escolar de muitas crianças, pois alunos que não são motivados pelos pais a levarem a sério seus estudos acabam por não terem o rendimento esperado pela escola. Com isso, percebe-se que a maioria dos pais e, conseqüentemente, os filhos valorizam mais o trabalho por dar retorno imediato de renda, embora seja um mecanismo de perpetuação da pobreza. O estudo, ao contrário, é um investimento em longo prazo, único caminho para a diminuição da desigualdade social (Milanovic, 2016; Pikety, 2014).

Na comunidade é possível ver crianças brincando (Figura 6) em pleno horário de aula, na demonstração da falta de priorização da educação escolar para algumas famílias ribeirinhas. A figura abaixo ilustra a realidade descrita.

Figura 6 - Crianças da Comunidade Turé brincando no horário escolar.



Fonte: Autores.

Em contrapartida, apesar de todos os problemas e dificuldades vivenciados, algumas famílias estão presentes na vida escolar de seus filhos. São pais com pouco estudo ou, até mesmo, analfabetos participando e apoiando os estudos dos filhos. Durante a pesquisa foi possível conhecer as famílias Alves e Nascimento que se encaixam nesse perfil.

Os pais relatam as dificuldades na orientação das atividades escolares levadas para casa, em razão da predominância do analfabetismo. Segundo a família Alves:

Pai: Eu sinto muita dificuldade pra ajudar porque não sei ler, nem eu e nem ela (esposa). Eu não olho muito no caderno só de vez enquanto, mas sempre nós ‘pergunta’ se fizeram os trabalhos (comunicação pessoal, 2019).

Mãe: Não ajudo nos trabalhos porque não dou conta, mas os dois mais velhos que já sabem um pouco ajudam, e eu tô sempre perguntando e olho no caderno também porque dá pra saber se eles fazem alguma coisa olhando (comunicação pessoal, 2019).

A família também relata sobre a preocupação com a educação de seus filhos:

Pai: Quando o barco (transporte escolar) não vem a gente dá um jeito de levar eles lá, quem vai na escola mais é a minha mulher, ela participa das reuniões e sempre vai ver como estão as coisas por lá”. [...] Não vou muito na escola, porque o trabalho na roça não dá tempo e o cansaço é muito, mas sempre falo pra esses meninos que eles têm que estudar (comunicação pessoal, 2019).

A família Nascimento também se mostra preocupada com os estudos dos filhos. Em seu relato é possível notar o acompanhamento mais de perto do processo de ensino e aprendizagem de seus filhos. Com relação às atividades para casa os pais verbalizaram:

Pai: Eu me preocupo muito com a educação desses meninos, tô sempre incentivando eles pra estudar cara! Nessa série que eles tão, ainda consigo ajudar, consigo acompanhar a leitura ainda, sempre tô ajudando nos trabalhos que os professores passam, tanto eu como minha mulher. [...] Quando não tenho tempo de ir lá na escola, mas ela vai (esposa), a gente sempre se informa sobre o comportamento deles em sala de aula e se estão fazendo as atividades (comunicação pessoal, 2019).

Mãe: Eu ajudo no que posso, e aconselho muito eles, porque quero que eles tenham uma vida melhor que a nossa e eu sei que aqui é só estudando mesmo [...] Também vou sempre que dá na escola, apareço de surpresa pra ver se eles se comportam bem lá (comunicação pessoal, 2019).

Além disso, o pai falou sobre o funcionamento da escola e dos problemas pelo qual a instituição vem enfrentando.

Pai: Acho que a escola não funciona bem, nunca tem merenda pros alunos e quanto tem não dá pra uma semana além de ser merenda fraca, porque tem aluno que mora longe. As salas são superlotadas, muito quente e muito barulho, não têm condição dos alunos aprender. Outra coisa é sobre o transporte, esse barco ta caindo aos pedaços, é um perigo ‘pros’ alunos fico muito preocupado com segurança deles, é complicado. Além disso, a diretora disse que a escola tá sem coordenador pedagógico e eu sei que um profissional dessa área ajuda muito no andamento das coisas na escola (comunicação pessoal, 2019).

Na pesquisa, a família Nascimento apresentou em seu relato o reconhecimento do seu papel na educação escolar dos seus filhos, demonstrando conhecimento sobre o funcionamento e os problemas da escola. As famílias Silva e Barata, não conhecem de fato o dia a dia dos filhos na escola e tão pouco as dificuldades e problemas da escola. Entretanto, as famílias Alves e Nascimento, mostraram a sua preocupação com a educação dos filhos e se fizeram conhecedoras dos problemas da instituição.

Uma estratégia usada para analisar o desenvolvimento dos alunos nas famílias pesquisadas foi a observação dos cadernos. Todos os alunos estão no mesmo ano, mas apresentam níveis diferentes de aprendizagens. Os filhos das famílias Alves e Nascimento, consegue organizar melhor a escrita e, conseqüentemente, as atividades no caderno estavam legíveis. Por outro lado, os filhos das famílias Barata e Silva apresentam mais dificuldades com relação à escrita e as atividades nos cadernos estavam com problemas de organização.

Além disso, a professora da turma relatou sobre a diferença no desenvolvimento escolar desses alunos:

os alunos das famílias Alves e Nascimento têm o caderno mais organizado, dominam melhor a leitura e são mais participativos nas aulas. Contudo, os alunos das famílias Silva e Barata, além de terem os cadernos com explícita desorganização, também têm mais dificuldades, tanto no domínio da leitura como na escrita. Somando as dificuldades de conteúdo, são mais dispersos nas aulas (comunicação pessoal, 2019).

No caso estudado, nota-se o quanto a família exerce função importante na vida escolar dos alunos e cabe à escola promover projetos que possam mobilizar os pais a se fazerem presentes na vida escolar de seus filhos. Dessen e Polonia (2007, pp. 28-29) afirmam:

A adoção de estratégias que permitam aos pais acompanharem as atividades curriculares da escola beneficia tanto a escola quanto a família. É necessário planejar e implementar ações que assegurem as parcerias entre dois ambientes, visando a busca de objetivos comuns e soluções para os desafios enfrentados pela sociedade e pela comunidade escolar.

Para a escola promover estratégias de ação e venha galgar bons resultados no desenvolvimento educacional da comunidade é necessário que o poder público ofereça condições tanto para a escola quanto às famílias, fazendo com que as mesmas desenvolvam suas funções de acordo com suas necessidades, pois só assim será possível ter uma educação de qualidade e transformadora do estado de pobreza vivenciado pelas populações ribeirinhas.

Segundo Oliveira (1996, p. 167),

A escola é um grupo social, ela também pode ser vista como uma instituição, ou seja, um conjunto de normas e procedimentos padronizados, altamente valorizados pela sociedade, cujo objetivo principal é a socialização dos indivíduos, a transmissão de aspectos determinados da cultura. Como grupo social, a escola pode ser vista como um conjunto de alunos, professores, funcionários que desenvolve um processo contínuo de cooperação, com o objetivo primordial de transmitir cultura.

Todos os grupos citados pelo autor que compõe o espaço escolar são importantes, mas os professores e os funcionários são quem recebem os alunos. Eles precisam estar preparados para ampará-los e devem promover projetos educativos diversificado, podendo assim, possibilitar a socialização e integração na sociedade. Educar não é uma atividade tão simples. A escola deve conhecer seus alunos, o entorno onde a mesma está inserida, as condições socioeconômicas, religioso e cultural dos educandos. Essas são informações básicas, para que a escola possa desenvolver suas atividades.

A educação só se constrói através de uma boa relação entre o professor e os alunos. Corroborando com tal ideia, Filloux (2010, p.30), afirma:

É essencialmente no plano das atitudes do mestre, em sua relação com os alunos, que se situa o fator decisivo para a evolução do processo de instrução e educação. A função do mestre implica que saiba “irradiar autoridade em torno dele” e, portanto, que tenha uma “alta ideia de sua missão”, de maneira a suscitar uma espécie de respeito específico por parte dos alunos. É “pelo canal da palavra, do gesto” que as “grandes ideias morais de seu tempo e de seu país”, dos quais ele é o intérprete, podem passar de sua consciência para a da criança.

O professor deve ser profissional qualificado e bem remunerado, pois o mesmo carrega em seus ombros grandes responsabilidades. Sua atitude em sala de aula tem caráter decisivo na vida social do aluno. Sabe-se que hoje o professor não é mais o monopolizador do saber, como ocorreu por muito tempo nas escolas brasileiras, situação essa que levou muitos alunos a evadirem do ambiente escolar e desistirem para sempre de seus estudos. No entanto, o professor precisa despertar curiosidade aos alunos, mostrar que são capazes de fazer novas descobertas, possibilitando-os a solucionar problemas do seu dia-a-dia.

Tanto a família como a escola são indispensáveis para o processo de socialização. No entanto, o trabalho se torna impossível quando apenas uma dessas instituições se responsabiliza. Educar é uma atividade complexa e difícil de efetivar e depende do trabalho dessas duas instituições para que isso ocorra efetivamente. A família é o primeiro grupo social que a criança se depara quando nasce, é onde começa o processo de socialização, ou seja, a transmissão de valores como: o afeto, o amor, a cultura e outros. Já a escola é incumbida de dar continuidade nesse processo, na transmissão de conhecimentos sistematizados e, assim dar aos mesmos a formação que precisam para o exercício da cidadania.

A interação entre família e escola é necessária segundo Fukuda (2013, s/p):

A escola é um grupo secundário e nunca poderá substituir a família na educação das crianças. Por outro lado, trabalhar com a família, permite ao profissional da educação realizar verdadeiramente uma profilaxia, uma prevenção do agravamento de problemas já existentes. A escola é aqui compreendida como uma instituição onde a democracia deve ser exercida de forma autêntica e dinâmica, refletindo, compartilhando as ações desenvolvidas.

A aproximação entre ambas, proporciona para a escola conhecer melhor quem são seus alunos, em quais ambientes estão inseridos e quais problemas enfrentam até chegarem na escola. Tais informações são de fundamental importância para que a escola desenvolva suas atividades. A família precisa estar mais próxima da formação escolar das crianças, ela é quem realmente conhece as necessidades dos filhos. Parolin (2007, 99), também afirma:

Tanto a família quanto a escola desejam a mesma coisa: preparar as crianças para o mundo; no entanto, a família tem suas particularidades que a diferenciam da escola, e suas necessidades que a aproximam dessa mesma instituição. A escola tem sua metodologia e filosofia para educar uma criança, no entanto ela necessita da família para concretizar o seu projeto educativo.

O apoio das famílias, o compromisso dos pais, a dedicação na vida escolar dos alunos, refletem positivamente no processo de ensino e aprendizagem. Tais fatores servem de encorajamento e motivação para que os mesmos tenham um bom desempenho na vida escolar. Pesquisas mostram que quando os pais se envolvem nos projetos escolares, e atividades dos alunos, há um maior rendimento no processo educacional.

8. Considerações Finais

Na busca de compreender a importância da família no processo de ensino aprendizagem das crianças e dos jovens na comunidade Turé- Amazônia marajoara, foi observado o fato de muitos alunos não progredirem em seus estudos e até mesmo evadirem-se do ambiente escolar, levando a discussão sobre quem tem responsabilidade maior nisso, família ou escola. Sabe-se que a família tem atribuído a responsabilidade da educação de seus filhos somente à escola, em contrapartida a escola tem se isentado das responsabilidades. Diante disso, o que se vê é um jogo de culpa entre ambas as instituições em meio a ausência de políticas públicas adequadas para tornar a educação um bem público de transformação social.

Tanto a família quanto a escola ocupam lugar importante na história da humanidade. Sabe-se que cada instituição exerce função específica na formação do indivíduo, mas não

podem trabalhar de forma isolada. A educação para a cidadania só será efetivada quando ambas as instituições buscarem o trabalho em parceria, ou seja, uma complementando a outra.

No contexto da Amazônia marajoara, a relação entre família e escola tem sido afetada pela questão socioeconômica e cultura. A falta de investimento em saúde e educação incidem diretamente na pobreza da região e distanciam as instituições da possibilidade de transformação da realidade local.

A escola, com o mínimo de recurso disponibilizado pelo poder público, não consegue promover ações educativas que incluam a participação das famílias. Por outro lado, as famílias, imersas na pobreza, dedicam o seu tempo ao trabalho e não percebem a importância da educação formal como projeto de futuro melhor.

Na guisa propositiva, entende-se que a região Amazônica deve ser apoiada pelo poder público para a implantação de um modelo de escola organizada de acordo com as potencialidades do local, em ação similar a proposta francesa da Escola Família-agrícola, visando superar os entraves de analfabetismo e pobreza. Novas pesquisas são necessárias para uma maior imersão na realidade da Amazônia marajoara no intuito de promover um projeto político que encare a educação como agente de transformação social.

Referências

Acco, S., & Kliemann, M. (2014). *A Participação da Família na Educação Escolar: os desafios da escola pública paranaense na perspectiva do professor*. Paraná: Secretaria de Educação do Estado do Paraná.

Araújo, F. (2020). *A Vulnerabilidade Social no Estado do Pará*. Recuperado de: <http://repositorio.ipea.gov.br>.

Bentes, R. (1992). Um novo estilo de ocupação econômica da Amazônia: os grandes projetos. *Estudos e problemas amazônicos: história social e econômica e temas especiais*. (2a ed.), Belém: CEJUP.

Carnut, L.; Faquim, J. (2014). Conceitos de família e a tipologia familiar: aspectos teóricos para o trabalho da equipe de saúde bucal na estratégia de saúde da família. *Journal of Management & Primary Health Care*, 5 (1), 62-70.

Chaves, A. B. P., & Martins, V. G. On the way: teaching work in the municipality of Salinópolis/Pará Brazil. *Research, Society and Development*, 9(7),1-15, e282974157.

Constituição da República Federativa do Brasil. (1988). Recuperado de: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm.

Cruz, A. (2007). Família e Escola: um encontro de relações conflituosas. *Sitientibus*. 37, 27-45.

Dessen, M., & Polonia, A. (2007). A Família e a Escola como Contextos de Desenvolvimento Humano. *Paidéia*, 17 (36), 21-32.

Deluiz, N. (1995). *Formação do trabalhador: produtividade e cidadania*. Rio de Janeiro: Shape.
Dias, M. (2005). *Vivendo em Família*. São Paulo: Moderna.

Estatuto da Criança e do Adolescente. (1990). Recuperado de: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm.

Filloux, J. (2010). *Émile Durkheim*. Recife: Massangana, 2010.

Fukuda, E. (2013). Escola de Pais e a tríplice relação Escola - Família - Sociedade: estratégias para a construção de um sujeito independente. Os Desafios da Escola Pública Paranaense na Perspectiva do Professor. *Produções Didático-Pedagógicas*. Londrina: Secretaria Estadual de Educação. 2, 1-51.

Google Maps. (2020). *Reserva Extrativista Terra Grande de Pracuíba*.

Johnson, A. (1995). *Dicionário de Sociologia: guia prático da linguagem sociológica*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.

Kliksberg, B.(2003) *Falácias e Mitos do Desenvolvimento Social*. São Paulo: Cortez Editora.
Lei de Diretrizes de Bases da Educação (1996). Recuperado de: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm.

Lima, E. (2004). Escola Família-agrícola: um novo paradigma de educação rural. *Revista Trilhas*, 5. (2).

Loureiro, V. (2018). *A Pesquisa nas Ciências Sociais e no Direito*. Belém: Cultura Brasil.

Milanovic, B. (2016). *A Desigualdade no Mundo: uma abordagem para a era da globalização*. Lisboa: Actual.

Oliveira, P. (1996). *Introdução à sociologia*. São Paulo: Editora Ática.

Pará. (2013). *Pacto pelo Pará de Redução da Pobreza: região de integração do Marajó*.

Piketty, T. (2014). *O Capital no Século XXI*. Tradução; Monica Baumgarten de Bolle. Rio de Janeiro: Intrínseca.

Parolin, I. (2007). *Pais e Educadores: quem tem tempo de educar?* Porto Alegre: Mediação.

Prado, D. (1981). *O que é família*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

Rossi, W. (1986). *Capitalismo e educação*. São Paulo: Moraes.

Ruzany, M., Moura, & Meirelles, Z. (2012). *Adolescentes e Jovens de Populações Ribeirinhas na Amazônia - Brasil*. Rio de Janeiro: Visão Social.

Szymanski, H. (2003). *A Relação Família-Escola: desafios e perspectiva*. Brasília: Plano.

Toro, B. (2002). O que os novos pensadores têm a ensinar. *Revista Nova Escola*, 17, (154).

Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Venda Nova do Imigrante. (2016). Reuniões de pais: parceria entre escola e família. Venda Nova do Imigrante (ES). Recuperado de: <http://vendanova.es.gov.br/website/site/Secretarias.aspx?id=117>.

Porcentagem de contribuição de cada autor no manuscrito

Gilvano Duarte Gondin – 40%

Kelle Daiana Cardoso Gondin – 30%

Andréa Bittencourt Pires Chaves – 30%